



Sala da cidadania digital e acesso à informação: Possibilidades e desafios da inclusão digital e socioambiental em assentamentos de reforma agrária no Estado do Pará

James Isaac Lobato Ramos¹, Gilmar Wanzeller Siqueira²

¹ Universidade Federal do Pará/UFPA. E-mail: james.ramos@blm.incra.gov.br.

² Universidade Federal do Pará/UFPA. E-mail: gilmar@ufpa.br

Resumo

Com o advento da ciência da informação, muito pôde ser repensado em relação à ciência cartesiana e sua perspectiva socioambiental. Nesta nova visão tecnológica, conceitos como acesso à informação e inclusão digital passam a se tornar questões cada vez mais discutidas no meio acadêmico e profissional, em que a informação passa a ser pensada de maneira contextual, intimamente ligada à comunicação socioambiental, valorizando a existência do receptor e não somente do gerador de informação. Algumas iniciativas têm sido pensadas para diminuir a desigualdade social e digital entre o urbano e o rural e em assentamentos de reforma agrária esta já é uma realidade. O objetivo deste artigo é analisar as relações existentes entre a sala da cidadania digital e os conceitos de acesso à informação e inclusão digital em assentamentos de reforma agrária de forma a contribuir para a inclusão socioambiental dos assentados. Conclui-se que a sala da cidadania digital se tornou uma plataforma importante para garantir essa transparência e o acesso à informação pelos beneficiários assentados, facilitando a vida de quem vive no campo e que muitas vezes precisa se deslocar de suas casas, lotes, terrenos para a cidade em busca de informações e resoluções de problemas do cotidiano.

Palavras-chave: Sala digital, ciência da informação e socioambiental.

Área Temática: Gestão Ambiental no Meio Rural.

Abstract

With the advent of information science, much could be rethought in relation to Cartesian science and its socio-environmental perspective. In this new technological vision, concepts such as access to information and digital inclusion become increasingly discussed issues in the academic and professional milieu, where information is thought in a contextual way, intimately linked to socio-environmental communication, valuing the existence of the receiver and not only the information generator. Some initiatives have been designed to reduce social and digital inequality between urban and rural and in agrarian reform settlements this is already a reality. The objective of this article is to analyze the relations between the digital citizenship room and the concepts of access to information and digital inclusion in agrarian reform settlements in order to contribute to the social and environmental inclusion of the settlers. It is concluded that the digital citizenship room has become an important platform to guarantee this transparency and access to information by the beneficiaries, facilitating the lives of those who live in the countryside and who often need to move from their homes, lots, the city in search of information and resolutions of daily problems.

Key words: Digital room, information science and socioenvironmental.

Theme Area: Environmental Management in the Rural Environment



1. Introdução

Com o advento da ciência da informação, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, muito pôde ser repensado em relação à ciência cartesiana e sua leitura de mundo. A contestação se tornou parte fundamental da pesquisa científica que passou a observar a individualidade humana e suas demandas de maneira mais curiosa, questionando mais do que constatando (SARACEVI 1992; CHAUI, 1999; MORIN, 2002).

Nesta nova perspectiva tecnológica, conceitos como acesso à Informação e inclusão digital passam a se tornar questões cada vez mais discutidas dentro do contexto acadêmico, em que a informação passa a ser pensada de maneira intimamente ligada à comunicação, valorizando a existência do receptor e não somente do gerador de informação (WERSIG & NEVELING, 1975).

Ainda que a partir da segunda metade do século XX a informação tenha de fato alcançado um contingente maior de pessoas, ainda assim, a população rural de baixa renda estava distante dessa realidade e mesmo nos dias atuais, para algumas comunidades mais isoladas, ainda precisam se deslocar a centros urbanos para terem acesso à internet.

Segundo Medeiros (2003).

Grande parte dos assentamentos existentes hoje no Brasil é produto de intervenção do governo federal, que, segundo a Constituição brasileira, detém o monopólio do poder de desapropriação por interesse social. No entanto, há também uma quantidade não desprezível de assentamentos criados pelos governos estaduais mediante compra de terras ou uso de terras públicas. Ainda existem, embora pouco significativos em termos de quantidade, aqueles criados por prefeituras municipais (MEDEIROS, 2003, p. 78).

Alguns estudos a respeito da localização dos assentamentos apontam que, devido à intensa atuação dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária, as desapropriações para implantação de assentamentos passaram a se concentrar nas áreas em que os movimentos atuavam (LEITE *et.al.*, 2004). Algumas iniciativas têm sido pensadas para diminuir a desigualdade social e digital entre o urbano e o rural e em assentamentos de reforma agrária esta já é uma realidade. A iniciativa estudada nesta pesquisa é a sala da cidadania digital que é, de acordo com o INCRA (SD) “uma central de serviços e informações que visa a facilitar o acesso dos(as) beneficiários(as) da reforma agrária e dos proprietários rurais aos serviços prestados pelo INCRA”. Sendo um portal de transparência, nela os beneficiários também são capazes de conhecer as iniciativas e projetos conduzidos por esse órgão público.

De forma sucinta apresentaremos o histórico da sala da cidadania digital, seus serviços e objetivos, o público alvo e benefícios da implantação e analisar com base na literatura, se a sala da cidadania é capaz de promover o acesso à informação e a possível inclusão digital e socioambiental para assentados. Verifica-se que os assentamentos que tem prosperado economicamente e até socioambientalmente adotaram alguma forma de união entre as famílias.

2. Metodologia

Para a realização deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico e documental de estudos que envolveram a temática ambiental na esfera de projetos do INCRA. A análise da metodologia de inclusão digital em contextos socioambientais permitiu que, com base na literatura previamente estabelecida, bem como de dados secundários, pudesse encontrar um elo entre a inclusão digital e a inclusão social em assentamentos de reforma agrária no Estado



do Pará, de forma a entender uma realidade específica de uma plataforma como a sala da cidadania para os assentados. De acordo com Akhras (2010, p. 22), a metodologia em questão “visa a integrar inclusão digital e socioambiental com foco em comunidades” e isto só podem ocorrer através do acesso à informação previamente estabelecido. Portanto, através da análise de trabalhos que se utilizam de tal enfoque metodológico, foi possível tecer as constatações em relação à sala da cidadania para assentamentos de reforma agrária.

3. Resultados e Discussão

A informação passou a deter atributos quanto a valor, relevância, obsolescência, avaliação de métodos e sistemas de recuperação. Portanto, a ciência da informação teve seu estabelecimento e desenvolvimento, principalmente depois da recuperação da informação e ao desenvolvimento da indústria da informação (SARACEVI, 1996). No Brasil, foi a partir da aprovação da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, que tornou possível o acesso mais democrático à informação, com mais participação cidadã e mais possibilidade de controle e fortalecimento da gestão pública (GGU, 2011).

Ainda assim existem diferenças no acesso à informação entre as zonas rural e urbana. Mesmo zona rural existe diferença no acesso à informação e inclusão digital. Por isso, o potencial de renda com base na produção é o que, por fim, define a medida de acesso à informação e inclusão digital (MATTOS, 2006).

Alguns desafios para a promoção da inclusão digital: *i*) proporcionar cada vez mais uma distribuição especificamente adaptada para diferentes setores, países, regiões e zonas, sem causar exclusão e sem apresentar preferências e *ii*) adaptar-se às questões específicas do meio rural, considerando sua diversidade e a necessidade de populações rurais mais pobres de acesso à informação e inclusão digital.

Com o crescimento no número de assentamentos, plataformas de transparência se tornam cada vez mais importantes para o acesso de ações que serão ou estão sendo realizadas pelos órgãos competentes e que essas ações cheguem aos movimentos sociais e lideranças de assentados para que esses possam assim confrontar política e socialmente sua condição.

Wersig & Neveling (1975) apresentando quatro enfoques que enfatizam a multidisciplinaridade da CI. O primeiro aborda o fenômeno da informação, com o foco no fenômeno; o segundo tem a ver com a prática, com foco nos meios de informação; o terceiro está relacionado com a tecnologia; e por fim o quarto foco está relacionado às necessidades sociais da ciência. Segundo Saracevic (1992), a ciência da informação está dedicada tanto à ciência como à prática, de forma que esta última culmine para a reflexão sobre os problemas referentes à comunicação em todos os seus registros, tanto institucional quanto individual, e suas demandas. Mais tarde, Saracevic (1999) apresenta a divisão da CI na área de recuperação da informação e na área da comunicação e no uso da informação. Bottle (1997) entende a ciência da informação como um campo capaz de investigar as características da informação e a natureza de sua transferência, através das mais diferentes – e apropriadas – tecnologias. Mais recentemente, Robredo (2003) define a ciência da informação como um estudo que respeita critérios, princípios e métodos relacionados à informação, indissociando a informação do sistema – entidade capaz de captar, armazenar, processar, fornecer, usar e distribuir a informação. O termo “assentamento rural” foi pensado circunstancialmente às políticas públicas. Para o INCRA (SD) o assentamento rural é:



[...]um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. Saiba mais sobre as características dos assentamentos.

Deste modo, o assentamento rural é um tipo de intervenção fundiária ocasionada pela acampamento ou ocupação de trabalhadores rurais que não possuem este bem, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MST, ou outras entidades organizativas, como sindicatos, aos quais é destinada uma parcela de terras através de pressão do Estado (MEDEIROS, 2004). Este se tornou um espaço com diferentes pontos de disputa política depois de então. Disputas por reconhecimento, acesso às políticas e saúde pública, educação e aos mais diversos projetos (SOUZA, 2002). Em dados do Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), até 2008, o INCRA registrou 8.200 assentamentos em todo o Brasil. Neste dado, não estão incluídas outras categorias como: reservas extrativistas, florestas nacionais, reservas de desenvolvimento sustentável e quilombos (TOURNEAU & BURSZTYN, 2010).

Na Tabela 1, pode-se observar o número de projetos de assentamento de reforma agrária e a sua área total de acordo com as superintendências regionais. Estes dados nem sempre são compatíveis e coerentes com as superintendências regionais, entende-se que pela dificuldade de acesso e comunicação. Mas conferem um panorama muito próximo do ideal.

Tabela 1: Número de projetos de assentamento de reforma agrária e a sua área total. Fonte: Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária – SIPRA, 2009. *apud* Tourneau e Bursztyn (2010).

Superintendência regional	Numero de projetos no SIPRA	Área cumulada dos projetos no SIPRA (ha)	Número de projetos na base geográfica	Área cumulada dos projetos da base geográfica (ha)	% projetos na base geográfica	% área de projetos na base geográfica
Acre	130	1839191,67	108	1749915,57	83,08	95,15
Amazonas	101	9064582,79	74	8353788,82	73,27	92,16
Amapá	36	1617998,67	25	1125907,48	69,44	69,59
Maranhão	919	4490148,26	215	1162616,03	23,39	25,89
Marabá	482	4546645,44	392	3589144,38	81,33	78,94
Mato Grosso	531	5724166,45	298	3787801,39	56,12	66,17
Pará	257	1880191,65	46	752535,57	17,90	40,02
Rondônia	162	4620836,26	129	4160021,18	79,63	90,03
Roraima	52	1591563,01	49	1392782,39	94,23	87,51
Santarém	214	9550425,68	174	5961018,79	81,31	62,42
Tocantins	360	1199013,17	158	562148,28	43,89	46,88
Total	3244	46124763,05	1668	32597679,88	-	-

Analisando tais dados, é importante observar a o crescimento no número de assentamentos com as mais diversas modalidades e como se distribuem os projetos em relação à cada superintendência regional. Ao verificarmos o aumento no número de assentamentos se mostrando inversamente proporcional ao número de projetos neles investidos, se torna cada vez mais importante a transparência do que acontece pelos movimentos sociais e lideranças de assentados para que esses possam assim confrontarem política e socialmente sua condição.

A Sala da Cidadania é parte integrante do Programa de Atendimento ao Cidadão (PACi), que tem por atribuição promover a melhoria e o conhecimento do atendimento prestado pelo INCRA, através do acesso às informações repassadas tanto pessoalmente quanto por meio de telefone e correio. A Sala atende os beneficiários e as demais pessoas



interessadas na reforma agrária (INCRA, SD). O INCRA (SD) admite que “o setor conta, ainda, com banco de dados e sistemas informatizados, através dos quais, de maneira imediata, qualquer pessoa pode ter acesso a informações consolidadas sobre a reforma agrária no Brasil, bem como aos serviços prestados pela instituição”. As salas da cidadania físicas localizam-se nas superintendências regionais do INCRA e nas prefeituras e entidades da sociedade civil parceiras, tais como: prefeituras, cooperativas, sindicatos e associações.

Alguns dos principais serviços prestados pela Sala da Cidadania são: *i)* recepção de Declaração para Cadastro de Imóvel Rural (DP), *ii)* Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), *iii)* declarações para concessão de benefícios do INSS, *iv)* esclarecimentos sobre reforma agrária e *v)* atualizações de dados no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). A partir da experiência e eficiência dos serviços prestados através da proposta da Sala da Cidadania, o Instituto decidiu agregar o serviço digital aos seus beneficiários. Isto deu origem a uma versão online do que é a Sala física, a Sala da Cidadania Digital. De acordo com o INCRA (SD) a Sala da Cidadania Digital “é uma central de serviços e informações que visa a facilitar o acesso dos(as) beneficiários(as) da Reforma Agrária e dos proprietários rurais aos serviços prestados pelo INCRA” (INCRA, SD). A versão digital propõe os mesmos serviços da física, entre outros mais, por exemplo:

- a) Certidão do(a) Assentado(a) *on line*;
- b) Atualização Cadastral *on line* para alguns dados e com abertura de Demanda para atualizar outros dados;
- c) Solicitação de emissão de DAP (B);
- d) Acesso à Guia de Recolhimento – GRU/Boleto Bancário referente às dívidas do Crédito Instalação (Decreto 8256/2014), contraídas pelo beneficiário(a);
- e) Espelho do(a) Beneficiário(a) contendo comunicado, para os casos específicos, sobre os indícios de irregularidades no PNRA e as providências a serem tomadas pelo(a) beneficiário(a) titular 1 e 2 (unidade familiar);
- f) Abertura de demanda, para atualização de dados e informações dos membros da unidade familiar, que serão direcionadas para as áreas competentes nas Superintendências Regionais, com prazos de atendimento a tais demandas devendo ser compatíveis com os estabelecidos na Lei de Acesso à Informação;
- g) Informações sobre as dívidas contraídas dos Créditos Pronaf A, A/C, dos beneficiários(as) do PNRA, junto ao Banco da Amazônia – BASA. Posteriormente, serão disponibilizadas as informações sobre as dívidas contraídas junto ao Banco do Brasil e Banco do Nordeste, visto que tratativas estão sendo feitas para disponibilizar os dados via Sala Digital, bem como as dívidas do Crédito PROCERA;
- h) Atualização automática junto ao Sistema SIPRA, de alguns dados no formulário atual Cad do Sala Digital;
- i) Acompanhamento pelo(a) beneficiário(a) sobre a situação de demanda aberta via sistema Sala Digital;
- j) Interface do servidor do INCRA, na Superintendência Regional, com o beneficiário(a), por meio de mensagem eletrônicas (email), para requerer complementação de informações e dados, bem como informar ao beneficiário(a) sobre a conclusão da demanda aberta pelo Sala Digital;
- k) Validador de documentos com disponibilização do teor da Certidão do(a) Beneficiário(a), via *on line*, para verificação junto a outras instâncias;
- l) Relatórios gerenciais para os gestores do INCRA sobre a situação de cada demanda apresentada;
- m) Os proprietários rurais podem solicitar a emissão da Comprovação de Atividade Rural, do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), fazer a Consulta de Autenticidade do



CCIR, além de contar com acesso à Declaração Eletrônica de Cadastro para atualização cadastral de imóveis rurais, ao Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) e ao site da Receita Federal que contém informações a respeito do Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR) (INCRA, SD)

Ainda podemos observar na ferramenta exposta no site, somente no caso das informações sobre eventuais dívidas relativas ao Pronaf A e A/C, o interessado precisará se dirigir a uma agência de relacionamento do banco da Amazônia.

A Sala da Cidadania Digital se tornou uma plataforma importante para garantir essa transparência e o acesso à informação pelos beneficiários assentados, facilitando a vida de quem vive no campo e que muitas vezes precisa se deslocar de suas casas, lotes, terrenos para a cidade em busca de informações e resoluções de problemas.

Pensando mais a fundo foi considerado que uma forma de tornar os assentados ainda mais participantes da plataforma era considerar que os investimentos em diversos projetos dentro de assentamentos realizados pelo INCRA e a proposta de transparência da Sala de Cidadania, poderiam tornar a plataforma ainda mais voltada para a realidade dos assentados, de modo a proporcionar um espaço na própria plataforma para que os assentados alimentassem a página com os avanços dos projetos, mostrando iniciativas com o que acontece diariamente no assentamento.

Também foi considerado que a partir de uma iniciativa como essas, mais espaços de acesso ilimitado de internet poderiam fazer parte da rotina dos assentados, bem como projetos de alfabetização digital poderia ser criado para atender às novas demandas das comunidades em assentamentos. Isto inspiraria outros assentamentos também cadastrados e que teriam acesso a estes trabalhos.

Assim, considera-se que a Sala da Cidadania foi uma grande iniciativa prática de promover o acesso à informação, mas ainda está distante de promover a inclusão digital/social, ainda que a estimule. Deste modo, pretende-se com esta pesquisa encorajar demais pesquisadores a pensar as questões de acesso à informação da população do campo e repensar trabalhos que elucidem as demandas dessa população e o que está sendo feito no âmbito do poder público para atendê-las.

4. Conclusões

Conclui-se neste trabalho que a Sala da Cidadania Digital é uma importante ferramenta para garantir o acesso à informação pelos beneficiários, além de permitir a transparência dos serviços prestados pelo INCRA à população rural. No entanto, ainda que promova o acesso à informação, não é capaz de promover a inclusão digital. Para isto, há a necessidade de que o INCRA garanta mais investimentos em estrutura para as entidades da sociedade civil parceiras, como prefeituras, cooperativas, sindicatos e associações. A estrutura estabelecida carece de computadores capazes de tornar a sala ainda mais funcional, além de internet de qualidade e livre para os beneficiários. A democratização do acesso à informação precisa alcançar cada vez mais a população rural de modo que esta auxilie na obtenção de recursos básicos e conhecimento dos acontecimentos que ocorrem em prol da comunidade. Estes estudos tomando por base esse modelo podem servir também de base a um planejamento socioambiental que aponte para uma utilização racional dos recursos naturais disponíveis nos acampamentos e assentamentos.



Referências

AKHRAS, F. N. **Inclusão digital contextualizada para a inclusão social de comunidades isoladas. Inc. Coc**, Brasília, v. 4, n. 1, p.19-27, jul./dez. 2010.

BOTTLE, R.T. **Information science**. In: John Feather and Paul Sturges, editors. International encyclopedia of information and library science. London: Routledge.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 11. ed. São Paulo : Ática. 1999.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Acesso à Informação Pública: Controladoria-Geral da União uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>>. 2011. Acesso em: 10 set. 2017.

Governo Federal, a Lei de Acesso à Informação: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/assentamento>>. SD . Acesso em: 10 set. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sala da Cidadania**. Disponível: < <http://saladacidadania.incra.gov.br>>. SD . Acesso em: 10 set. 2017.

MATTOS, F. A. M. **Os limites da inclusão digital no Brasil**. Disponível em: <<http://cifraclub.com.br/adriana-calcanhotto/vambora/>>. 2006. Acesso em: 10 set. 2017.

MEDEIROS, L. S. de. LEITE, S. **Assentamentos Rurais e Mudanças locais: uma introdução ao debate**. In: MEDEIROS, L. S. de. LEITE, S. (ORG.). **Assentamentos Rurais**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308 f.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MORIN, E. **A ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2002.

SARACEVIC, T. **Information science**. Journal of the American Society for Information Science, p. 1051-1063, 1999.

SARACEVIC, T. **Information science: origin, evolution and relations**. In: Conference on Concepts of Library and Information Science, historical, empirical and theoretical perspectives, ed. P. Vakkari and B. Cronin:5-27. Tampere, Finland, 1991. London: Taylor Graham, 1992.

SOUZA, M. A. de. **Educação e cidadania em assentamentos rurais: projetos e limites**. Humanes, applied social Science, linguistics, letters and arts. n. 1. v. 10. p. 21-40. 2002.



6º Congresso Internacional de Tecnologias para o Meio Ambiente

Bento Gonçalves – RS, Brasil, 10 a 12 de Abril de 2018

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. *Information Scientist*, v. 9, n. 4, p. 127-140, Dec. 1975.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v. 29, n. 2, p. 229- 239, 1993.